

PELAS ÁGUAS

Ed. 17 | 2026


Comitê de Integração da
Bacia Hidrográfica do
Rio Paraíba do Sul – CEIVAP



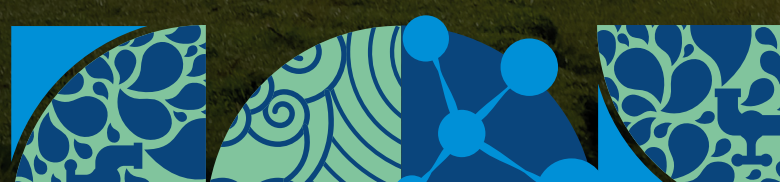
30 anos



30 ANOS NO CEIVAP:
O FUTURO COMEÇA
A FLUIR NO AGORA!



**AO LONGO DE TRÊS DÉCADAS,
O CEIVAP CONSTRUIU UMA
HISTÓRIA PAUTADA PELO
COMPROMISSO COM A BACIA.
PARA CELEBRAR, CONVIDAMOS
VOCÊ A REMEMORAR NOSSOS
MARCOS. AFINAL, O FUTURO
COMEÇA A FLUIR NO AGORA.**





CEIVAP



anos







Três décadas em prol das águas

Há 30 anos, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) reúne diversas vozes em prol de um mesmo objetivo: cuidar, preservar e garantir o uso sustentável das águas do Paraíba do Sul para as gerações presentes e futuras.

Ao longo dessas três décadas, o Comitê consolidou sua trajetória por meio do diálogo, da gestão participativa e da implementação de iniciativas que transformam realidades em toda a bacia hidrográfica.

Nesta edição, convidamos você a rememorar essa trajetória repleta de importantes conquistas, marcos e resultados. Destacamos também as histórias de transformação promovidas pelos programas PROTRATAR e Mananciais, que têm o propósito de levar segurança hídrica aos territórios.

Nesta publicação, você também irá conhecer a participação inédita do CEIVAP na COP 30, maior conferência do meio ambiente e clima do mundo, realizada em Belém, além de uma entrevista exclusiva com o diretor do Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente sobre os impactos das mudanças climáticas para a gestão hídrica.

Esperamos que esta edição especial fortaleça o compromisso com a ação coletiva e reforce o papel da cooperação na construção de um futuro em que a água represente vida, equilíbrio e desenvolvimento.

Boa leitura!

24

CAPA

Com três décadas de atuação, o colegiado consolida um modelo pioneiro de governança hídrica no Brasil

14

ENTREVISTA

Em entrevista, Anderson Bezerra, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, faz uma análise da gestão hídrica em tempos de extremos climáticos

S U M Á R I O

08	DESTAQUE
14	ENTREVISTA
19	PANORAMA
24	CAPA
31	RESULTADOS
38	PLANEJAMENTO
42	ARTIGO
44	ARTIGO
46	ARTIGO
48	GALERIA 30 ANOS
53	GALERIA PRESIDENTES

Publicação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP

Edifício Alpha Center - Avenida Luiz Dias Martins, 73
Parque Ipiranga, Resende/RJ. CEP: 27.516-245
Tel: (24) 3355-8389
www.ceivap.org.br – ceivap@agevap.org.br

Presidente: Ana Larronda Asti
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro (SEAS/RJ)

Vice-presidente: Elias Adriano dos Santos
Associação Jaguamimbaba para o Desenvolvimento Sustentável (AJADES)

Secretária: Maria Aparecida Vargas
Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL)

Coordenação Técnica: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP CNPJ: 05.422.000/0001-01

Presidente do Conselho de Administração Jaime Teixeira Azulay

Presidente do Conselho Fiscal Sinval Ferreira da Silva

Diretora-Presidente interina Aline Alvarenga

Gerente CEIVAP interino Júlio César Ferreira

Gerente de Comunicação Raíssa Galdino

Gerente de Recursos Hídricos interino Flávio Monteiro

Coordenadora de Núcleo CEIVAP Daiane Alves

Analistas Administrativos CEIVAP Jéssica Freitas, Maria Clara Pimentel

Especialistas em Recursos Hídricos CEIVAP Caroline Pitzer, Maíra Simões, Márcio Fonseca, Raíssa Guedes, Vivian Faria

Produção

Prefácio Comunicação
Rua Dr. Sette Câmara, 75
Luxemburgo – Belo Horizonte/MG / CEP: 30380-360
(31) 3292-8660
www.prefacio.com.br

Editora e Jornalista responsável: Ana Luiza Purri (MG 05523 JP)

Coordenação: Débora Santana MG 12.717

Projeto Gráfico: Tércio Lemos

Diagramação e Infografia: Camila Janaina

Edição e Revisão: Alexandre Magalhães

Redação: Thaís Nascimento MG 20.733

Fotos: Acervo CEIVAP

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

48

ARTIGO

Resiliência hídrica e mudança climática: o compromisso da copasa com o futuro de Minas





COP30 BRASIL AMAZONIA



CEIVAP leva a bacia do Paraíba do Sul ao centro do debate climático global

Participação na COP 30 reforça integração entre gestão das águas, adaptação climática e governança territorial

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, conhecida mundialmente como COP, consolidou-se ao longo das últimas décadas como o principal espaço de negociação, articulação política e troca de experiências entre governos, instituições, organizações da sociedade civil e organismos internacionais diante do desafio global das mudanças climáticas. Em sua 30ª edição, pela primeira vez sediada na Amazônia, a COP30 simbolizou um marco histórico na agenda ambiental internacional, ao colocar o bioma amazônico e suas populações no centro das discussões sobre sustentabilidade, conservação e justiça climática, reconhecendo que os impactos do clima se manifestam de forma concreta nos rios, cidades, bacias hidrográficas e ecossistemas.

É nesse contexto que a presença do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

(CEIVAP) na COP 30 assume um significado estratégico. Ao levar a experiência da gestão das águas de uma das bacias mais relevantes do país para o centro do debate climático internacional, o Comitê reafirma o papel da governança hídrica como eixo fundamental para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças do clima.

Entre os dias 11 e 20 de novembro de 2025, o CEIVAP marcou presença com o estande Confluência das Águas, em parceria com o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu) e o Comitê Paranaíba. O espaço ficou localizado na Área Verde da COP30, aberto ao público geral, com uma programação voltada às apresentações e rodas de conversa sobre segurança hídrica, educação ambiental, inovação em sustentabilidade e investimentos em serviços ambientais. As discussões buscaram destacar como as bacias hidrográficas brasileiras podem contribuir para aumentar a resiliência dos territórios e fortalecer as

políticas públicas de mitigação e adaptação climática. Mais do que um espaço expositivo, o Confluência das Águas representou o encontro de experiências que reforçam a importância da gestão integrada e participativa dos recursos hídricos.

Durante a Conferência, a presidente do CEIVAP, Ana Asti, e a secretária do Comitê, Aparecida Vargas, participaram de uma intensa programação de painéis, encontros técnicos e reuniões multilaterais, realizados nas Zonas Azul e Verde do evento. Ao longo da agenda, foram apresentados programas, instrumentos de planejamento e experiências desenvolvidas na bacia do Paraíba do Sul, evidenciando como a gestão integrada dos recursos hídricos contribui para a adaptação climática, a segurança hídrica e o desenvolvimento sustentável dos territórios.

PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA FRENTE ÀS MUDANÇAS DO CLIMA

A programação teve início com a participação no painel internacional *City-basin dialogue: urban resilience through improved monitoring and IWRM planning*, promovido pela INBO e pelo ICLEI, na Zona Azul. O debate destacou a importância do monitoramento contínuo e do planejamento integrado dos recursos hídricos como ferramentas centrais para ampliar a resiliência das cidades diante da intensificação de eventos extremos, como secas prolongadas e cheias mais frequentes.

Para a presidente do CEIVAP, Ana Asti, a adaptação climática exige decisões estruturadas e visão de longo prazo. “Planejar por bacia hidrográfica, integrar políticas públicas e fortalecer os instrumentos de governança da água são passos fundamentais para preparar os territórios para os impactos das mudanças climáticas”, afirmou.

Na Zona Verde, o CEIVAP apresentou os avanços da atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH), reforçando o papel do planejamento como base para orientar políticas públicas, investimentos e ações estratégicas em um cenário de crescente pressão sobre os recursos hídricos.

A agenda seguiu com a participação no painel *Nature-based solutions for climate adaptation in the basins of rivers and lakes*, no qual o Comitê compartilhou experiências relacionadas à adoção de soluções baseadas na natureza como estratégias eficazes de adaptação climática. As iniciativas desenvolvidas na bacia do Paraíba do



Sul evidenciam como a conservação ambiental, aliada à gestão das águas, pode reduzir riscos, proteger ecossistemas e fortalecer a resiliência socioambiental.

O CEIVAP também participou de reuniões com representantes internacionais, como a comitiva francesa, nas quais foram debatidos os 30 anos da Política Nacional de Recursos Hídricos, o futuro das Agências de Água no Brasil e a experiência da AGEVAP em projetos de cooperação interinstitucional. Temas como o Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o enquadramento dos corpos hídricos também estiveram em pauta, reforçando a importância desses instrumentos frente aos eventos climáticos extremos.

A INTEGRAÇÃO ENTRE AGENDAS AZUL E VERDE

Um dos destaques da participação do CEIVAP na COP 30 foi a atuação na Agrizone, com a realização da mesa *Política Nacional de Recursos Hídricos: agenda azul e verde como vetores para a adaptação e resiliência climática*, conduzida pelo CEIVAP e pela AGEVAP. O debate evidenciou que a adaptação climática demanda uma abordagem integrada, capaz de articular a gestão das águas, a conservação ambiental e o desenvolvimento territorial.



Segundo a secretária do CEIVAP, Aparecida Vargas, essa integração é decisiva para fortalecer políticas públicas. “Não é possível enfrentar os desafios do clima de forma fragmentada. A articulação entre as agendas azul e verde amplia a capacidade de resposta dos territórios e fortalece a governança das águas”, destacou.

Além disso, o Comitê participou de debates sobre Economia Azul e apresentou o Plano e Programa de Educação Ambiental (PPEA) da bacia do Paraíba do Sul, ressaltando o papel da educação ambiental e da mobilização social na construção de uma cultura de cuidado com a água.

A programação incluiu ainda a apresentação do Programa Mananciais, iniciativa voltada à conservação e recuperação de microbacias, com foco em serviços ambientais e segurança hídrica. As ações do programa demonstram como a proteção dos mananciais contribui diretamente para a adaptação climática e para a sustentabilidade dos territórios.

Nos dias finais da COP 30, o CEIVAP retomou diálogos sobre a atualização do PIRH, o papel dos Comitês de Bacia na gestão integrada das águas e o fortalecimento de programas estruturantes, reafirmando a governança hídrica como uma resposta concreta aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.



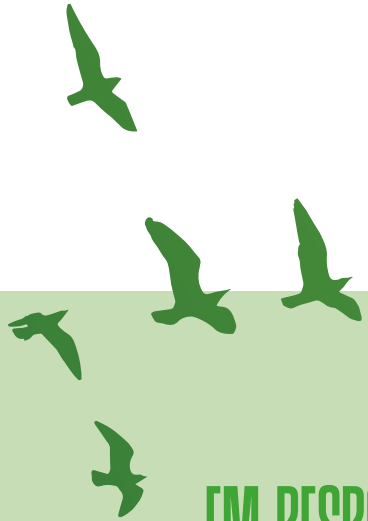
A participa o do CEIVAP na COP 30 reafirma comprometimento do Comitê com a evolu o contínua na gestão das  guas, o fortalecimento de parcerias nacionais e internacionais e a constru o de solu es baseadas em planejamento, ciência e participa o social. Ao compartilhar a experiência da bacia do Paraíba do Sul, o Comitê contribui de forma qualificada para os debates globais sobre água, clima e sustentabilidade.

DESDOBRAMENTOS DA COP30

A COP30 em Belém consolidou avanços importantes na governança climática global, mesmo em meio a tensões internacionais, tornando-se um marco de transi o entre negocia es políticas e a es de implementa o climática real, com impactos e expectativas que segui-

r o nos próximos anos, inclusive para o Brasil como ator relevante na agenda ambiental global. As negocia es alcançaram resultados considerados emblemáticos, que apontam para uma nova fase do regime climático internacional — com ênfase em implementa o, justiça climática e fortalecimento do multilateralismo.

A principal decisão formal da COP30 traz um apelo histórico para que a humanidade se una em um mutirão global contra a mudança do clima, marcando um novo capítulo para o regime climático. Por consenso de quase 200 países, a COP30 reafirmou o forte compromisso com o Acordo de Paris e endossou formalmente uma transi o de mais de três décadas, desde 1992, centradas em negocia es complexas para um novo momento focado em transforma es reais nas economias e sociedades.



EM RESPOSTA À URGÊNCIA CLIMÁTICA, A COP30 ADOTOU UMA SÉRIE DE MEDIDAS PARA ACELERAR A IMPLEMENTAÇÃO E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:

1. Lançamento de um **Acelerador de Implementação Global**: o Acelerador vai priorizar ações com melhor potencial de escala e velocidade na luta climática, incluindo projetos focados na redução de emissões de metano e remoção de carbono através de soluções baseadas na natureza. Ao mesmo tempo, priorizará intervenções que podem alavancar pontos de virada (*‘positive tipping points’*), como renováveis, baterias, redução do custo de capital, digitalização e reforma dos bancos multilaterais, transformações exponenciais e em cadeia. O Acelerador funcionará sinergicamente à Agenda de Ação, que, na COP30, atingiu um novo patamar de mobilização de atores, recursos, processos e soluções.

2. **Triplicação do financiamento para adaptação**: um marco para apoiar as populações mais vulneráveis — aquelas menos responsáveis pelas mudanças climáticas, mas mais afetadas por seus impactos.

3. Criação do **Mecanismo de Belém para a Transição Global Justa**: um novo instrumento para apoiar os países e garantir que a transição para economias sustentáveis seja justa e inclusiva.

4. Adoção de **indicadores voluntários** para medir avanços na construção de resiliência, no marco do Objetivo Global de Adaptação.

5. Lançamento do **Programa de Implementação de Tecnologia (TIP)**, com cronograma e componentes para fortalecer a implementação das prioridades tecnológicas dos países em desenvolvimento.

6. Adoção do novo **Plano de Ação sobre Gênero e Clima**, com atividades para aumentar a influência de mulheres no combate à mudança do clima.

7. Lançamento de sequência de diálogos sobre comércio internacional e clima.

8. Lançamento de um programa de trabalho de dois anos sobre financiamento climático, com foco na previsão de recursos públicos de países desenvolvidos para países em desenvolvimento.

9. Reconhecimento da importância da atuação das cidades e dos estados e municípios nas ações de combate à mudança do clima.

Água em transformação

Em entrevista, Anderson Bezerra, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, faz uma análise da gestão hídrica em tempos de extremos climáticos

Os impactos das mudanças climáticas já são uma realidade e vêm impondo novos desafios à gestão de recursos hídricos no Brasil. De acordo com o estudo “Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos do Brasil”, divulgado pela Agência Nacional de Águas (ANA), a disponibilidade de água pode sofrer uma redução superior a 40% em regiões hidrográficas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e

em parte do Sudeste até 2040. Em contrapartida, a região Sul apresenta projeções de aumento da disponibilidade hídrica em até 5% no mesmo período, porém, acompanhadas de um aumento da frequência de cheias e inundações. Esse cenário aponta para transformações profundas no funcionamento dos sistemas hídricos, com reflexos diretos sobre atividades econômicas e segurança hídrica da população. Diante de um



contexto marcado por extremos climáticos, a relação entre mudanças do clima e gestão das águas torna-se central para o planejamento e estratégias de adaptação mais robustas. O diretor substituto do Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Anderson Bezerra, analisa os impactos desses eventos e os desafios que se colocam para a gestão hídrica no Brasil.

DE QUE FORMA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS JÁ ESTÃO IMPACTANDO A ÁGUA NO BRASIL, ESPECIALMENTE EM REGIÕES MAIS VULNERÁVEIS A EVENTOS EXTREMOS?

As consequências das alterações climáticas já são uma realidade. Estamos vendo períodos de seca mais longos e intensos, alternados com chuvas concentradas em poucos dias, que provocam enchentes

e deslizamentos. Esse desequilíbrio afeta tanto a quantidade quanto a qualidade da água. Rios mais secos ficam mais poluídos, reservatórios perdem capacidade e eventos extremos sobrecarregam os sistemas de abastecimento e saneamento. Isso aumenta o risco de doenças de veiculação hídrica, eleva os custos de tratamento da água e pressiona ainda mais os serviços públicos.

Um exemplo dessa situação de escassez prolongada está impactando atualmente o Sistema Cantareira, na Região Metropolitana de São Paulo, o que reforça a importância de medidas estruturais e de gestão da demanda que ampliem a resiliência hídrica.

COMO O MMA AVALIA ESSE CENÁRIO DE EXTREMOS CLIMÁTICOS E QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA DIANTE DESSAS MUDANÇAS?

O Brasil está entrando em um novo padrão climático, marcado por maior variabilidade e, em muitos momentos, imprevisibilidade. O principal desafio é que nosso modelo tradicional de gestão da água foi pensado para um clima mais estável. Hoje, precisamos planejar para a incerteza: lidar com extremos, integrar dados climáticos à tomada de decisão e ampliar a capacidade de prevenção, para agir antes que a crise aconteça. Isso exige também uma atuação cada vez mais integrada entre União, estados e municípios, além de diálogo com setores como saneamento, energia, agricultura e defesa civil.

O BRASIL POSSUI GRANDE DIVERSIDADE DE BIOMAS E REALIDADES HIDROLÓGICAS. AS ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO QUE DIZ RESPEITO À GESTÃO DA ÁGUA CONSIDERAM ESSAS ESPECIFICIDADES REGIONAIS? COMO ISSO SE REFLETE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Considerar as especificidades regionais é essencial. A adaptação não pode ser “tamanho único”. O semiárido, por exemplo, precisa de soluções para conviver com a escassez, como cisternas, reuso e reserva estratégica. Já regiões mais sujeitas a enchentes demandam restauração de áreas de várzea, proteção de nascentes e melhor planejamento urbano.

No âmbito da gestão de recursos hídricos, essas diferenças são incorporadas aos planos de bacia, aos demais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e aos programas de revitalização de bacias. Em outras áreas de política pública, como clima, saneamento e uso do solo, o Ministério também busca alinhar estratégias para que as ações no território façam sentido para cada realidade local.

QUAIS AÇÕES O MMA TEM ADOTADO PARA FORTALECER A SEGURANÇA HÍDRICA FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

É preciso lembrar que o MMA possui suas atribuições legais e que não é a única instituição que atua no tema, mas tem trabalhado para colocar a adaptação climática no centro das políticas públicas.

Apresentamos, por exemplo, uma proposta de Resolução ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos que “estabelece diretrizes gerais para a gestão adaptativa e resiliente dos recursos hídricos no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) para o enfrentamento da emergência climática”. Essas ações ajudam a reduzir os impactos de secas e enchentes e tornam os territórios mais preparados para enfrentar eventos extremos antes que eles se transformem em crises.

O MMA está promovendo e incentivando a adoção de medidas complementares e estruturantes voltadas à adaptação à mudança do clima e ao fortalecimento da resiliência hídrica, que transcendam a gestão emergencial da oferta. Destacam-se, entre outras,



“HOJE, PRECISAMOS PLANEJAR PARA A INCERTEZA: LIDAR COM EXTREMOS, INTEGRAR DADOS CLIMÁTICOS À TOMADA DE DECISÃO E AMPLIAR A CAPACIDADE DE PREVENÇÃO, PARA AGIR ANTES QUE A CRISE ACONTEÇA”

ANDERSON BEZERRA,
DIRETOR SUBSTITUTO
DO DEPARTAMENTO DE
RECURSOS HÍDRICOS E
MEIO AMBIENTE DO MMA

o Programa Cidades Verdes Resilientes, as ações de revitalização e recuperação ambiental das bacias hidrográficas, a recomposição de Áreas de Preservação Permanente de mananciais, nascentes e olhos d'água, o incentivo ao uso racional e eficiente da água, bem como a construção do programa de economia circular da água, visando à ampliação do reuso e aproveitamento de fontes alternativas de água, como a água de chuva.



OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA (CBHS) SÃO INSTÂNCIAS CENTRAIS DA GESTÃO PARTICIPATIVA DA ÁGUA. QUAL A IMPORTÂNCIA DOS CBHS E QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS CAMINHOS PARA FORTALECER ESSES COLEGIADOS NO ENFRENTAMENTO AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

Os comitês de bacia fazem a gestão da água acontecer na prática. Diante das mudanças climáticas, esses colegiados são fundamentais para identificar riscos locais, pactuar prioridades e orientar investimentos que tornem a bacia mais resiliente.

É preciso investir em capacitação, monitoramento de recursos hídricos com dados de qualidade, apoio técnico e integração com políticas de clima, meio ambiente, saneamento e uso do solo. Também é fundamental valorizar a participação social e garantir recursos para que os comitês consigam sair do diagnóstico e avançar para a implementação de soluções.

Para tanto, é preciso avançar com a implementação de alguns instrumentos de gestão de recursos hídricos, como a outorga e a cobrança pelo uso da água, proporcionando recursos financeiros para implementação das ações prioritárias descritas nos respectivos planos de bacia.

NO CASO ESPECÍFICO DO CEIVAP, COMO O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE AVALIA A ATUAÇÃO DO COLEGIADO FRENTE AOS DESAFIOS CLIMÁTICOS E À SEGURANÇA HÍDRICA?

O Comitê do Paraíba do Sul é um exemplo de maturidade institucional. Ele atua em uma bacia estratégica, que abastece milhões de pessoas em três estados e já incorpora a preocupação com eventos extremos e segurança hídrica em seus planos e projetos. A atuação integrada é um diferencial importante para enfrentar os desafios climáticos.

O MMA, em articulação com a ANA e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), tem acompanhado as ações dos CBHS federais e monitorado a implementação dos planos de bacias e a atuação das agências delegatárias. Podemos observar, ano após ano, a melhoria contínua da governança de recursos hídricos na bacia, porém, destacamos a necessidade de mais investimentos em soluções baseadas na natureza e infraestrutura verde, visando aos cenários de elevação da demanda e da escassez hídrica frente à emergência climática.





Ações estruturantes que moldam a gestão hídrica

Conheça iniciativas de grande impacto pelas águas no Brasil realizadas por diversos atores sociais

A água é um ativo estratégico para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil. O país é caracterizado por contrastes hídricos – desde regiões com abundância de água até outras sujeitas a secas severas, principalmente em um contexto de eventos climáticos extremos. Garantir água em quantidade e qualidade demanda planejamento de longo prazo, governança integrada e políticas públicas capazes de antecipar riscos, mediar conflitos e proteger os mananciais diante das diversas pressões e usos. “Essas iniciativas asseguram que a água seja tratada não apenas como um recurso natural, mas como um bem

público essencial, cuja gestão integrada é condição para a saúde, o bem-estar da população e o desenvolvimento sustentável do Brasil”, afirma a superintendente adjunta de Apoio ao SINGREH e às Agências Infranacionais de Saneamento da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Renata Maranhão.

Também é importante destacar a integração dos diversos atores sociais para que haja ações coordenadas, que dialoguem com a realidade de cada região. Tendo em vista esse cenário, a atuação de órgãos federais e dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) tem contribuído para o fortalecimento do debate em torno da água no país.

Embarcação Uiara, a primeira projetada para o monitoramento das águas na bacia Amazônica.



Divulgação ANA

ÁGUA NO CENTRO DO PLANEJAMENTO

A ANA é o órgão federal responsável por coordenar a gestão dos recursos hídricos e do saneamento básico no Brasil. A entidade exerce um papel estruturante na construção de políticas públicas e no fortalecimento da gestão integrada das águas.

Uma das ações de grande impacto realizadas pela Agência é a elaboração da Política Nacional de Recursos Hídricos, de forma a apoiar o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Tal política norteia a gestão das águas no Brasil, com o objetivo de garantir o uso sustentável, múltiplo e equilibrado dos recursos hídricos, de forma descentralizada e participativa.

Outra iniciativa é a fiscalização dos usos da água de domínio da União, por meio de ações preventivas, orientadoras e corretivas, além do controle das outorgas, na verificação de intervenções em corpos d'água e na mediação de conflitos. Vale ainda salientar o monitoramento hidrológico realizado pela Rede Hidrometeorológica Nacional e pelo Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), que subsidiam a tomada de decisão, o planejamento territorial e a prevenção de eventos críticos.

Programas como o PROGESTÃO, que incentiva o fortalecimento institucional dos sistemas estaduais, e o Produtor de Água, voltado à conservação de mananciais por meio de soluções baseadas na natureza, reforçam a importância de boas práticas em todo o território nacional. Recentemente, a ampliação das

competências da ANA na agenda de saneamento básico tem contribuído para integrar gestão da água à regulação dos serviços, elevando a eficiência do setor.

Renata Maranhão aponta a importância do planejamento como forma de garantir sustentabilidade ao uso da água. “As ações conduzidas pela ANA são fundamentais porque estruturam uma gestão hídrica baseada em planejamento, cooperação e evidências técnicas, respeitando as características dos territórios e promovendo o uso sustentável da água no longo prazo”, diz.

Já o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) atua na articulação institucional para garantir que a água permaneça no centro do debate. O MMA participa ativamente nos comitês de bacia e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, propondo normas que aprimoram os instrumentos de gestão e fortalecem estratégias de adaptação às mudanças do clima. O Ministério também atua na implementação de projetos de revitalização de bacias hidrográficas, ações de acesso à água para populações em situação de vulnerabilidade socioambiental e iniciativas de economia circular da água.

Um marco recente é a publicação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, que reconhece a água como eixo central da agenda climática. O plano busca integrar definitivamente as políticas de clima e recursos hídricos, orientando o planejamento de longo prazo e a prevenção de crises. Aliado a isso, o MMA atua na captação de recursos em acordos multilaterais,

viabilizando investimentos estratégicos para a proteção das águas e a adaptação do país aos eventos extremos.

O diretor substituto do Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do MMA, Anderson Bezerra, reforça a importância do cuidado com a água como forma de preparar o país para os efeitos dos eventos climáticos. “Cuidar da água significa cuidar do futuro do Brasil, fortalecendo a resiliência dos territórios e preparando o país para enfrentar os desafios cada vez maiores das mudanças climáticas.”

INICIATIVAS DOS CBHS FEDERAIS

Os comitês de bacia hidrográfica são atores responsáveis por promover a gestão hídrica descentralizada, participativa e integrada. Ao reunir poder público, usuários e sociedade civil, esses colegiados articulam investimentos, planejam iniciativas e propõem pactos sociais para enfrentar os desafios dos respectivos territórios.

Na bacia do Rio Doce, localizada em Minas Gerais e Espírito Santo, o CBH Doce se destaca pela Iniciativa Rio Vivo, que atua na recuperação de nascentes, saneamento ambiental rural e conservação do solo, contribuindo para a redução da poluição e recuperação ambiental. Já o Programa de Segurança

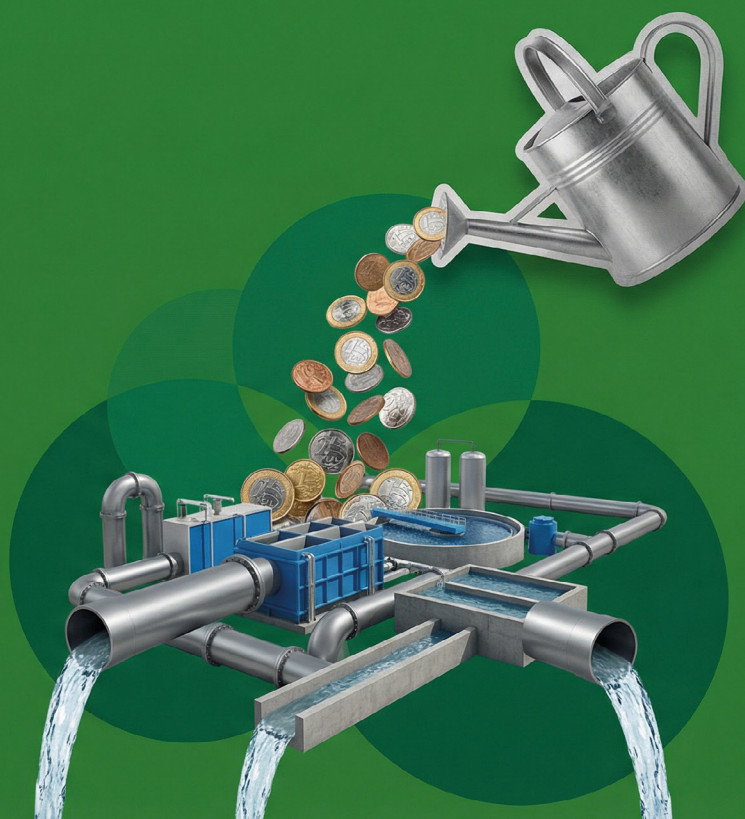
CONFIRA NO QR
CODE O PLANO
NACIONAL DE
ADAPTAÇÃO À
MUDANÇA DO
CLIMA



Hídrica e Eventos Críticos fortalece o monitoramento hidrometeorológico e a capacidade de resposta a eventos extremos. No eixo do saneamento, o Protratar apoia municípios na ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário, abastecimento, redução de perdas e fortalecimento da gestão local.

Na bacia do Rio Paranapanema, em São Paulo e Paraná, a criação da Rede UniParanapanema consolidou a aproximação entre gestão hídrica e produção científica. A articulação das instituições de ensino permitiu mapear pesquisas estratégicas nos eixos de mudanças climáticas, saneamento e revitalização de bacias, identificar lacunas de conhecimento e desenvolver projetos estruturantes, como a Revisitação da Expedição de Theodoro Sampaio, que integra ciência, educação ambiental, memória histórica e participação social.

No território da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que fica em São Paulo e Minas Gerais, os Comitês PCJ já investiram cerca de R\$ 956 milhões em mais de mil empreendimentos, desde 1994. Os resultados relacionados ao saneamento são animadores: o índice médio de tratamento passou de 6%, em 1993, para 82%, em 2023, enquanto a coleta de esgoto doméstico saltou de 50% para 92,6%. As perdas de água, por sua vez, caíram de mais de 50% para 35% em 30 anos. E, no que diz respeito à proteção de mananciais, foram plantadas quase 410 mil mudas entre 2015 e 2024.



O CBH Paranaíba, atuante no território da bacia, que compreende os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, encerrou 2025 com o maior volume de investimentos desde a implementação da cobrança pelo uso da água.

Em Anápolis (GO), a modernização da ETE contribuiu para o enquadramento dos corpos d'água, favorecendo a economia local e assegurando a sustentabilidade das atividades produtivas. Também foram realizadas ações contínuas de proteção de nascentes, revitalização em áreas prioritárias de recarga hídrica, estruturadas no Programa Raízes. Destacam-se ainda a ampliação da ETE Melchior, no DF, maior investimento já realizado pelo Comitê, e o Laboratório Móvel de Irrigação que leva tecnologia

direto para o campo e estimula o uso racional da água na agricultura.

No semiárido, mais precisamente nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, o CBH Piancó-Piranhas-Açu implementou a cobrança pelo uso da água bruta, que se torna uma fonte de recursos para viabilizar o Plano de Recursos Hídricos, fortalecer os sistemas de informação e apoiar tecnicamente o território. Outro destaque é a alocação negociada de águas, que contribui para a prevenção de conflitos, a otimização do uso dos reservatórios e a garantia dos usos prioritários. O Comitê também atua de forma articulada no Projeto de Integração do Rio São Francisco, buscando assegurar o uso sustentável das águas transpostas e ampliar a segurança hídrica das populações do Semiárido.

CONHEÇA AS AÇÕES DE GRANDE IMPACTO PELAS ÁGUAS NO BRASIL

Agência Nacional de Águas (ANA)

- Elaboração da Política Nacional de Recursos Hídricos, com apoio ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).
- Fiscalização dos usos da água de domínio da União.
- Monitoramento hidrológico realizado pela Rede Hidrometeorológica Nacional e pelo Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).
- Programa PROGESTÃO, que incentiva o fortalecimento institucional dos sistemas estaduais.
- Programa Produtor de Água, voltado à conservação de mananciais, por meio de soluções baseadas na natureza.
- Ampliação das competências da ANA na agenda de saneamento básico.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

- Articulação institucional e participação ativa nos comitês de bacia e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- Implementação de projetos de revitalização de bacias hidrográficas, ações de acesso à água para populações em situação de vulnerabilidade socioambiental e iniciativas de economia circular da água.
- Publicação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.
- Investimentos estratégicos para a proteção das águas e adaptação aos eventos extremos.

MAPA DAS INICIATIVAS DOS CBHS

CBH Paranaíba (GO, MG, MS e DF):

- Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Melchior (DF) e modernização da ETE de Anápolis.
- Programa Raízes Laboratório Móvel de Irrigação.

CBH Piancó-Piranhas-Açu (PB e RN):

- Cobrança pelo uso da água bruta.
- Alocação negociada de águas.
- Participação no Projeto de Integração do Rio São Francisco.

CBH Paranapanema (SP e PR):

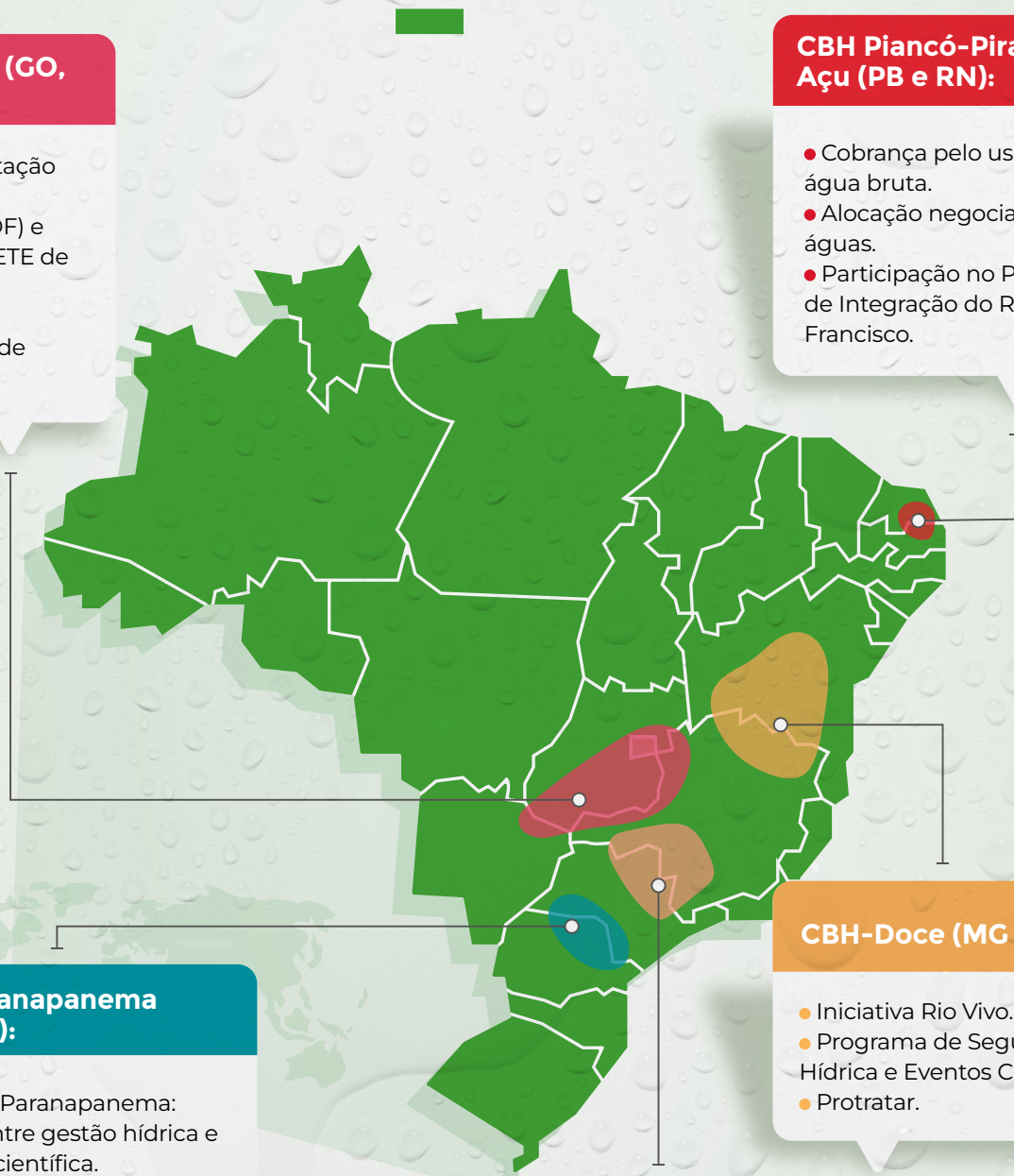
- Rede UniParanapanema: parceria entre gestão hídrica e produção científica.
- A articulação permitiu mapear pesquisas estratégicas nos eixos de mudanças climáticas, saneamento e revitalização de bacia.
- Desenvolvimento de projetos estruturantes, como a Revisitação da Expedição de Theodoro Sampaio.

CBH-Doce (MG e ES):

- Iniciativa Rio Vivo.
- Programa de Segurança Hídrica e Eventos Críticos.
- Protratar.

Comitês PCJ (SP e MG):

- Cerca de R\$ 956 milhões investidos em mais de mil empreendimentos, desde 1994.
- Resultados no saneamento, perdas de água e proteção de mananciais.





CEIVAP celebra 30 anos de gestão das águas do Paraíba do Sul

Colegiado consolida um modelo pioneiro de
governança hídrica no Brasil





Três estados, múltiplos usos, vários mananciais, mas o mesmo propósito: o abastecimento de água. A bacia do Rio Paraíba do Sul engloba 184 municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, abastece cerca de 14 milhões de habitantes e sustenta atividades estratégicas da região Sudeste.

Gerir um território que atravessa três estados sempre foi um desafio. Foi nesse contexto que, em 1996, nasceu o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), antes mesmo da criação da Política Nacional de Recursos Hídricos, conhecida como Lei das Águas, em 1997. O Comitê surge como resposta à necessidade de diálogo entre diferentes interesses e inaugura, no Brasil, uma nova forma de governança das águas.

“A atuação do CEIVAP hoje serve de inspiração e aprendizado aos demais comitês, seja em nível estadual ou federal, ao desenvolver uma gestão compartilhada, participativa e integrada entre os atores sociais da bacia e os estados da região Sudeste”, pontua o vice-presidente do CEIVAP, Elias Adriano dos Santos.

PIONEIRISMO QUE VIROU REFERÊNCIA

Quando a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433/1997, entrou em vigor, o CEIVAP já operava com os princípios que se tornariam a base da gestão das águas: descentralização, participação e integração de diversos atores sociais.

O protagonismo se consolida em 2001, quando o Comitê se torna o primeiro do país a implementar a cobrança pelo uso da água. O instrumento, além de inovador, transforma a lógica da gestão ao criar uma fonte permanente de recursos que permite investir em ações na própria bacia. Projetos de saneamento, recuperação ambiental, planejamento e monitoramento passam a contar com investimento estruturado, reforçando o compromisso coletivo com a preservação das águas.

Já em 2002, foi criada a AGEVAP, a primeira agência de bacia do Brasil, responsável pela secretaria executiva do Comitê e pelo suporte técnico qualificado às suas decisões. Reconhecida oficialmente em 2004 como entidade delegatária, a Agência se torna peça-chave para a execução técnica, administrativa e financeira das decisões do CEIVAP.

Desde 2003, o CEIVAP já investiu mais de R\$ 300 milhões em projetos, programas e ações voltados



à garantia de água em quantidade e qualidade, consolidando-se como um dos principais instrumentos de governança hídrica do país.

INICIATIVAS EM PROL DAS ÁGUAS

Ao longo de sua trajetória, o CEIVAP fortaleceu a estrutura institucional com a criação de câmaras técnicas, grupos de trabalho permanentes e instâncias de articulação com outros comitês e órgãos gestores. Um exemplo bem-sucedido é o da criação, em 2005, do Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH), em conjunto com o Comitê Guandu, para debater a gestão das águas transpostas destinadas ao abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

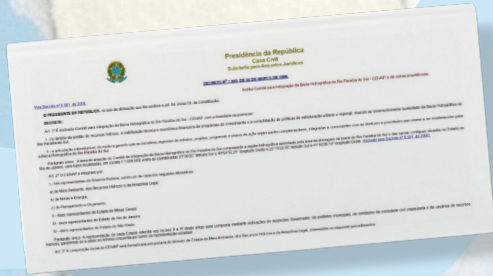
Outra conquista alcançada foi o monitoramento da bacia hidrográfica com a implantação do Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais (SIGA CEIVAP), em 2015. Programas como o PROTRATAR, voltado à ampliação do tratamento de esgotos, implementado em 2017, e o Mananciais, focado na conservação e recuperação de áreas estratégicas para a produção de água, em 2019, materializam as iniciativas voltadas para a qualidade da água e a segurança hídrica da bacia.

A maturidade institucional se reflete na consolidação de um planejamento de longo prazo. Um de seus principais marcos é a revisão e aprovação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul (PIRH-PS), em 2021, que orienta as decisões estratégicas do Comitê diante de desafios como escassez hídrica, crescimento urbano e mudanças climáticas.

Outros projetos realizados são o Plano e o Programa de Educação Ambiental para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PPEA), criados em 2022. Já em 2025, o CEIVAP marcou presença na COP 30, maior conferência do clima e do ambiente do mundo, para apresentar projetos e experiências levadas adiante na bacia.

LEGADO QUE PROJETA O FUTURO

Ao celebrar três décadas, o CEIVAP reúne conquistas que ultrapassam números. Seu maior legado está na construção de um espaço permanente de diálogo entre poder público, usuários e sociedade civil, capaz de transformar conflitos em pactos e planejamento em ação. Em um cenário de crescentes pressões sobre os recursos hídricos, o Comitê reafirma seu papel estratégico: garantir o futuro da bacia do Rio Paraíba do Sul, que começa com as ações de agora.



▶ Criação do CEIVAP, por meio do Decreto Federal nº 1.842.

1996

▶ Instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH pela Lei Federal nº 9.433, conhecida como Lei das Águas.

1997

▶ Contratação da revisão do Plano de Recursos Hídricos.
▶ Instituição do Plano de Aplicação Plurianual da bacia para o período de 2013 a 2016, por meio da Deliberação CEIVAP 199/2012.



2012

▶ Inauguração da nova sede da AGEVAP/CEIVAP.

2013



2008

▶ O Decreto Federal nº 6.591 altera a denominação do Comitê, instituído pelo Decreto 1.842/1996, e acresce parágrafo único ao art. 1º referente a sua área de abrangência.
▶ Instituída a Câmara Técnica Consultiva, a partir da Deliberação CEIVAP nº 89/2008.

2014

▶ Atualização dos valores da cobrança pelo uso da água na área de atuação do CEIVAP.

2015

▶ Implantação do Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais (SIGA CEIVAP).



2006

▶ 10 anos de atuação do CEIVAP.

▶ Comemoração dos 20 anos do CEIVAP.
▶ Dispositivos referentes à cobrança pelas águas transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do Rio Guandu são alterados.

2016

- ▶ Programa Inicial de Investimentos para a bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, aprovado pela Deliberação CEIVAP 02/2000.
- ▶ Criação da Agência Nacional de Águas (ANA), por meio da Lei Federal 9.984.

2000

- ▶ Criação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (AGEVAP) pela Deliberação CEIVAP 12/2002.

2002

2001

- ▶ Deliberação CEIVAP 04/2001 prevê a elaboração do primeiro Plano de Recursos Hídricos da bacia.
- ▶ Implantação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, que entra em vigor no ano seguinte, por meio da Deliberação CEIVAP 08/2001.

- ▶ Operacionalização da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água por meio da Deliberação CEIVAP 20/2003.

2003

2005

- ▶ Implantação da Deliberação CEIVAP 52/2005, que define metodologia e critérios para a cobrança pelo uso das águas captadas, derivadas e transpostas da bacia do Rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu.
- ▶ Instituído Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH), para operação conjunta com o Comitê Guandu, pela Deliberação CEIVAP 53/2005.

2004

- ▶ Resolução nº 38 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos reconhece a AGEVAP como Entidade Delegatária das funções de Agência de Água de Bacia.

- ▶ Criação e aprovação do Programa de Investimento em Serviços Ambientais para Conservação e Recuperação de Mananciais (Programa Mananciais).

2017

- ▶ Criação da nova marca e identidade visual do CEIVAP.
- ▶ AGEVAP celebra 15 anos.
- ▶ Celebração do 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão celebrado entre ANA e AGEVAP.
- ▶ Lançamento do PROTRATAR CEIVAP.

2018

- ▶ Atualização do Preço Público Unitário (PPU) da metodologia da cobrança.
- ▶ Aprovação do PROTRATAR como um programa perene do CEIVAP.

2019





2020

- ▶ Celebração do novo Contrato de Gestão entre ANA e AGEVAP, com a anuência do CEIVAP.
- ▶ Criação do Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Elaboração do Plano de Gerenciamento de Risco da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (GTPGR).

2021

- ▶ CEIVAP completa 25 anos.
- ▶ Aprovação da atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul (PIRH-PS).
- ▶ Contratação do Plano de Gerenciamento de Risco (PGR).
- ▶ Lançamento do Programa de Gerenciamento de Perdas em Sistemas de Distribuição de água.
- ▶ Criação dos Grupos de Trabalho de Implementação do PIRH-PS, de Acompanhamento dos Estudos Estratégicos e do Programa Monitorar.



2025

- ▶ Participação na COP 30, maior conferência do clima e do ambiente do mundo.
- ▶ Prorrogação da delegação à AGEVAP das funções de Secretária Executiva e demais atividades inerentes à Agência de Água do CEIVAP até 30/06/2036.

2022

- ▶ Criação do Plano e Programa de Educação Ambiental para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – PPEA.
- ▶ Criação do Grupo de Trabalho para acompanhamento do enquadramento dos corpos d'água.



2026

- ▶ CEIVAP celebra seus 30 anos.



“Os 30 anos do CEIVAP são também a celebração de três décadas da gestão dos recursos hídricos no Brasil, com a bacia do rio Paraíba do Sul sendo o laboratório para as novas bases instituídas pela Lei 9433/97. Ao longo desses 30 anos, o Comitê amadureceu e compreendeu o seu papel de atuação em defesa dos usos múltiplos da bacia. A concepção de programas, como o PROTRATAR e MANANCIAIS vem apoiar municípios e comitês de bacias estaduais a implantarem estações de tratamento de esgotos e executar ações de proteção de mananciais em áreas prioritárias”

ANA ASTI, PRESIDENTE DO CEIVAP

“A atuação do CEIVAP hoje serve de inspiração e aprendizado aos demais comitês, seja em nível estadual ou federal, ao desenvolver uma gestão compartilhada, participativa e integrada entre os atores sociais da bacia e os estados da região sudeste. O CEIVAP, como parlamento das águas e gerenciador dos conflitos, atua para garantir a segurança hídrica, além da quantidade e qualidade da água nos seus usos múltiplos para essa e para as futuras gerações”

ELIAS ADRIANO DOS SANTOS, VICE-PRESIDENTE DO CEIVAP.

“A celebração dos 30 anos do CEIVAP representa não apenas um marco histórico, mas a consolidação de um modelo pioneiro de gestão integrada e participativa na Bacia do Rio Paraíba do Sul. Acompanho a trajetória do Comitê desde a mobilização para sua criação e posso afirmar que sua evolução reflete pioneirismo, diálogo, amadurecimento institucional e compromisso permanente com a segurança hídrica.”

APARECIDA VARGAS, SECRETÁRIA DO CEIVAP

Território transformado

Programas do CEIVAP mudam a realidade dos habitantes da Bacia do Rio Paraíba do Sul

A segurança hídrica está diretamente relacionada à qualidade dos mananciais, à proteção dos ecossistemas e à capacidade das cidades de coletar e tratar seus efluentes. Nesse contexto, a estrutura verde e o saneamento básico se complementam como pilares fundamentais para a resiliência dos territórios.

Programas que visam à segurança hídrica têm o poder de transformar realidades locais, melhorar a qualidade de vida da população e garantir água para as gerações futuras. Na Bacia do Rio Paraíba do Sul,

essa transformação vem sendo construída por meio de programas estruturados pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) que combinam conservação ambiental e investimentos em infraestrutura sanitária.

PROGRAMA MANANCIAIS

Implantado em 2020, o Programa Mananciais atua justamente na base da segurança hídrica: a proteção das áreas responsáveis pela produção de água. A iniciativa promove ações de recuperação ambiental, conservação



do solo, recomposição de matas ciliares e proteção de nascentes, fortalecendo a chamada infraestrutura natural da bacia. Ao estimular práticas sustentáveis no uso do solo e a adoção de soluções baseadas na natureza, o programa contribui para reduzir processos erosivos, o assoreamento dos cursos d'água e a poluição difusa, além de ampliar a infiltração e a regularização das vazões.

Durante o primeiro ciclo do programa, que se encerrou em 2025, os resultados são expressivos. Ao todo, 288 proprietários rurais participaram do programa e por segundo foram recuperados 1.156 litros de água em sete microbacias. Foram investidos cerca de R\$ 5 milhões em projetos de proteção de Áreas de Preservação Permanente (APPs), implantação de sistemas de saneamento rural, adoção de Sistemas Agroflorestais (SAF), recuperação de pastagens degradadas, drenagem e manutenção de estradas rurais não pavimentadas, capacitação de agricultores e técnicos e monitoramento quali-quantitativo da água nas microbacias.

O gerente técnico da AGEVAP, Flávio Monteiro, destaca a importância de levar a iniciativa para áreas rurais. "O grande legado do programa é existir um mecanismo público viável, confiável, de longo e médio prazo, feito por um comitê de bacia hidrográfica, que é concebido de forma participativa. É também uma oportunidade de levar segurança hídrica para



Marcus Vinicius Pena/Acervo CEIVAP

Inauguração do Sistema de Esgotamento Sanitário em Maripá de Minas.



Em Olaria, as obras beneficiarão mais de 1.900 habitantes.

Raissa Galdino/Acervo CEIVAP

“A IRRIGAÇÃO E O CERCAMENTO DA PROPRIEDADE VIABILIZARAM O PLANTIO. ESTAMOS COMEÇANDO COM A FRUTICULTURA GRAÇAS AO PROGRAMA, ENTÃO, ISSO É UMA COISA QUE MUDOU NOSSO MODO DE PENSAR E, AGORA, TEMOS OUTRAS FONTES DE RENDA”.

THIAGO DE PAULA CRUZ, PRODUTOR RURAL EM PALMA (MG),
ATENDIDO PELO PROGRAMA MANANCIAIS.

o meio rural, que é tão desassistido em relação a políticas públicas”, aponta.

Os resultados aparecem não apenas na melhoria da qualidade da água, mas também no engajamento de produtores rurais, municípios e comunidades locais, que passam a reconhecer o valor estratégico dos mananciais para o desenvolvimento regional. O produtor rural Silvio Aguiar, que tem uma propriedade em Campos dos Goytacazes (RJ), foi contemplado com a construção de uma fossa pelo programa. Ele reforça a importância da melhoria da qualidade da água para o futuro da bacia. “A gente está tentando organizar e purificar a água da bacia do Rio Paraíba do Sul para pensar o futuro. Sabemos que somos feitos de mais de 70% de água e dependemos desse recurso para viver mais. Onde tem água limpa, tem saúde”, afirma.

Já o produtor Thiago de Paula Cruz, da região do Ribeirão Água Limpa, em Palma (MG), trabalha com gado de corte e, por meio do programa, passou a se dedicar também à fruticultura. “A irrigação e o cercamento da propriedade viabilizaram o plantio. Estamos começando uma nova cultura graças ao programa, então, isso é uma coisa que mudou nosso modo de pensar e, agora, temos outras fontes de renda”, comemora.

TRANSFORMAÇÃO EM NÚMEROS

Conheça os resultados dos programas estruturantes da bacia



PROGRAMA MANANCIAIS

288

proprietários rurais atendidos

7

microbacias atendidas

1.156

litros de água recuperados por segundo

R\$ 5

milhões investidos

PROTRATAR

200

mil moradores beneficiados

25

municípios contemplados

37

projetos entregues

R\$ 200

milhões repassados

PROTRATAR

No eixo do saneamento básico, o Programa de Tratamento de Águas Residuárias (PROTRATAR) promove a recuperação hídrica e ambiental. O programa tem como objetivo apoiar a implantação, ampliação e melhoria de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios da bacia. Desde seu início, em 2017, já lançou oito editais, contemplando 37 projetos em 25 municípios, com mais de R\$ 200 milhões repassados. Esses investimentos beneficiam diretamente mais de 200 mil pessoas com a entrada em operação dos sistemas de tratamento.

A especialista de recursos hídricos da AGEVAP Maíra Simões reforça a transformação trazida pela implementação do PROTRATAR nos territórios. “Uma obra de esgotamento sanitário, muitas vezes atendendo todo o município, leva muita mudança ao território. Apesar dos transtornos comuns das obras, há também uma dinamização da economia do município, com geração de empregos e aquecimento do mercado de construção civil. Com a operação dos sistemas, é reduzida a carga de esgotos lançados nos corpos

hídricos, melhorando a qualidade ambiental da região, evitando doenças de veiculação hídrica e permitindo a manutenção dos usos da água com segurança”, pontua.

Os resultados vão além dos números. Atualmente, três obras já estão concluídas e em funcionamento, enquanto outras 14 seguem em andamento, promovendo ganhos concretos na redução da carga poluidora lançada nos rios, na melhoria da saúde pública e no fortalecimento da gestão municipal do saneamento.

Um exemplo que demonstra o objetivo do PROTRATAR é da cidade de Olaria, em Minas Gerais, que teve um sistema de esgotamento sanitário inaugurado em dezembro de 2025. A obra passou a atender o município de 1.945 habitantes em quase sua totalidade. “O município não tinha qualquer estrutura de coleta e tratamento de esgotos e, com a conclusão da obra e início da operação, passou a mais de 80% de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário. O PROTRATAR representou uma oportunidade importante para atendimento às metas do Marco Legal do Saneamento e melhoria da qualidade de vida e ambiental da bacia do rio Paraíba do Sul”, conta Maíra.



“A GENTE ESTÁ TENTANDO ORGANIZAR E PURIFICAR A ÁGUA DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL PARA PENSAR O FUTURO. SABEMOS QUE SOMOS FEITOS DE MAIS DE 70% DE ÁGUA E DEPENDEMOS DESSE RECURSO PARA VIVER MAIS. ONDE TEM ÁGUA LIMPA, TEM SAÚDE”.

SILVIO AGUIAR, PRODUTOR RURAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ), ATENDIDO PELO PROGRAMA MANANCIAS.





O futuro da bacia

Ações e fortalecimento dos instrumentos de gestão
estão no foco para a próxima década





A próxima década será decisiva para a gestão dos recursos hídricos no Brasil e, em especial, para a Bacia do Rio Paraíba do Sul, estratégica para os ecossistemas da região Sudeste. O Novo Marco Legal do Saneamento Básico, previsto pela Lei nº 14.026/2020, estabeleceu metas ambiciosas de universalização até 2033, prevendo acesso à água potável para 99% da população e coleta e tratamento de esgotos para 90%. As metas estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com destaque para o ODS 6 (Água Limpa e Saneamento).

Um estudo recente do Instituto Trata Brasil, em parceria com a consultoria Ex Ante, projeta que até 2050 o Brasil pode enfrentar, em média, cerca de 12 dias de racionamento de água por ano, decorrentes de uma redução de aproximadamente 3,4% na disponibilidade hídrica anual, impulsionada pelas mudanças climáticas, pelo crescimento da demanda e pelas perdas nas redes de distribuição.

Tendo em vista este cenário, para os próximos dez anos, as perspectivas para a bacia envolvem a consolidação de avanços institucionais, a ampliação da resiliência frente a eventos extremos e a melhoria gradual da qualidade da água.



INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Os instrumentos de gestão da bacia já consolidados, como o Plano Integrado de Recursos Hídricos do Paraíba do Sul (PIRH-PS), a cobrança pelo uso da água, a outorga, o enquadramento dos corpos hídricos e o Sistema de Informação Geográfica e Geoambiental (SIGA-CEIVAP), tendem a ganhar ainda mais relevância.

Para a próxima década, espera-se a consolidação do PIRH-PS como a principal referência de orientação de investimentos e decisões, promovendo maior articulação institucional e aprimorando o monitoramento de indicadores. Outro aspecto central é o uso cada vez mais qualificado dos dados e dos sistemas de informação, como suporte à tomada de decisão e aos diagnósticos. A expectativa geral aponta para uma integração efetiva entre os instrumentos de gestão, promovendo maior coerência entre planejamento, regulação, monitoramento e investimentos.

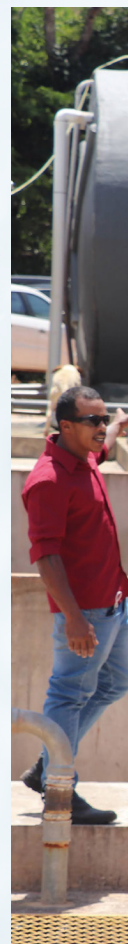
De acordo com a assessora da diretoria executiva da AGEVAP, Marina Assis, a integração dos instrumentos fortalece a capacidade de resposta ao futuro. “A governança tende a se consolidar, com maior integração institucional e redução de conflitos de uso, apoiada por uma tomada de decisão cada vez mais baseada em dados e indicadores consistentes, orientando políticas públicas e investimentos”.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Desde 2022, o CEIVAP implantou o Plano e Programa de Educação Ambiental (PPEA), alinhado às diretrizes do plano de bacia, que tem como objetivo consolidar o tema como vetor de transformações na bacia. No momento, o programa está estruturando projetos de sensibilização e capacitação, com entregas previstas para os próximos dois anos.

O desafio para a próxima década é a atuação em temáticas como participação, integração, inovação e monitoramento como forma de garantir continuidade, avaliação permanente e maior engajamento social. Para isso, o PPEA vai focar na interação com atores sociais estratégicos e alinhar ações com o plano de bacia, como aponta o coordenador do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental e Mobilização Social (GTEAMC), Eduardo de Araujo Rodrigues. “O que estamos pedindo com o PPEA é para fazer uma educação ambiental com foco no plano de bacia, na gestão de recursos hídricos e nas ações que temos que implementar na bacia do Paraíba do Sul”.

A expectativa é que ações educativas cada vez mais integradas contribuam para mudanças duradouras de comportamento e fortalecimento da gestão participativa.



Apresentação do PPEA-CEIVAP no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) 2025.



Obras do PROTRATAR levam saneamento básico para os territórios compreendidos na bacia.

Raissa Galdino/Acervo CEIVAP

SANEAMENTO

Apesar dos avanços obtidos com os Planos Municipais de Saneamento (PMSB) e o PROTRATAR, programa do CEIVAP de investimento em obras de esgotamento sanitário, no eixo do saneamento ainda persistem desafios significativos, sobretudo, fora dos grandes centros urbanos.

A próxima década deve ser marcada pela expansão dos sistemas de esgotamento sanitário e pela melhoria da cobertura do serviço, alinhada às metas do Marco Legal do Saneamento Básico. Essa ampliação tende a refletir diretamente na qualidade da água dos rios e na saúde pública, além de fortalecer a capacidade institucional dos municípios e a gestão regional.

Segundo a assessora da diretoria executiva da AGEVAP, a melhoria do saneamento ocorrerá em conjunto com as políticas públicas para o setor. “Esse processo deverá ocorrer de forma integrada às políticas públicas nacionais de saneamento e desenvolvimento sustentável, potencializando os resultados alcançados e favorecendo a atração de novos investimentos públicos e privados”, afirma.



Raissa Galdino/Acervo CEIVAP



SEGURANÇA HÍDRICA

A quantidade e a qualidade da água continuarão no centro das atenções nos próximos anos, devido à variabilidade hidrológica, à intensificação de eventos extremos e ao aumento das demandas pelos recursos hídricos. Esses desafios exigirão estratégias integradas que conciliem disponibilidade, qualidade e usos múltiplos da água.

Para os próximos anos, espera-se o fortalecimento do planejamento, dos planos de gerenciamento de risco, do monitoramento e das ações de conservação ambiental, ampliando a resiliência da bacia frente às incertezas climáticas e à disponibilidade de água. Esse avanço deverá ser acompanhado por maior integração entre o CEIVAP, os entes governamentais e a sociedade, por meio de parcerias e investimentos conjuntos.



Programa Mananciais leva recuperação e conservação dos corpos hídricos da bacia do Rio Paraíba do Sul.

INFRAESTRUTURA VERDE

A infraestrutura verde, entendida como a base da provisão de serviços ecossistêmicos, será um dos pilares dessa estratégia. O Programa Mananciais se consolida como um dos principais investimentos do CEIVAP nesse campo, priorizando a recuperação e conservação de áreas estratégicas para a produção de água.

O grande desafio atual e para os próximos anos está na adesão social, já que as ações que ocorrem no território dependem do engajamento dos donos das propriedades, como pontua o gerente técnico da AGEVAP, Flávio Monteiro “A infraestrutura verde acontece no território, que tem muitos donos. Convencer esses proprietários da importância dessas ações é um grande desafio”, afirma.

A expectativa é ampliar a adesão à infraestrutura verde na próxima década, por meio do Programa Mananciais e, conseqüentemente, obter resultados efetivos na melhoria da qualidade ambiental e inspirar políticas públicas semelhantes em outras escalas.




MONITORAMENTO

No eixo do monitoramento da bacia, o Programa Monitorar CEIVAP, lançado em 2021, avança na integração das redes existentes e na organização dos dados hidrológicos. Além disso, programas estruturantes, como o Mananciais e o PROTRATAR, realizam o acompanhamento da qualidade da água nos territórios atendidos. Nesse contexto, os principais resultados alcançados estão relacionados à organização, compilação e análise dos dados da bacia, o que permite uma leitura mais integrada da região.

Para a próxima década, espera-se consolidar a ferramenta de monitoramento de forma cada vez mais integrada em toda a bacia e a ampliação do acesso aos dados hidrológicos. Essas ações pretendem reduzir assimetrias entre os estados, ampliar o acesso às informações e fortalecer tomadas de decisão baseadas em evidências.

Um monitoramento mais robusto permitirá antecipar riscos, planejar com maior precisão e apoiar uma gestão mais eficiente e sustentável da bacia, como afirma o especialista em recursos hídricos da AGEVAP Márcio Peixoto. “Um monitoramento mais integrado dos recursos hídricos tende a proporcionar uma compreensão cada vez mais clara da oferta de água na bacia, informação que é a base de qualquer processo consistente de gestão de recursos hídricos”.



CEIVAP 30 anos: uma trajetória de construção coletiva e compromisso com o futuro



POR

ALINE ALVARENGA, diretora-presidente da AGEVAP, é Comunicóloga, com pós-graduação em Administração Pública e especialização em Gestão de Recursos Hídricos. Sua trajetória profissional está diretamente ligada à consolidação da gestão das águas em bacias hidrográficas, tendo participado desde os primeiros anos de estruturação do CEIVAP.

Celebrar os 30 anos do CEIVAP é reconhecer a consolidação de um dos mais importantes processos de governança das águas no Brasil. Instituído em 1996, o Comitê nasceu com a missão de promover a gestão integrada e participativa dos recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul, um território estratégico que conecta os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e abastece milhões de pessoas.

Ao longo dessas três décadas, o CEIVAP tornou-se referência nacional ao estruturar, de forma pioneira, instrumentos fundamentais da Política Nacional de Recursos Hídricos. A implementação da cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União representou um marco histórico, não apenas pela inovação institucional, mas pela demonstração concreta de que é possível transformar um princípio legal em mecanismo efetivo de investimento na própria bacia. Os recursos arrecadados passaram a viabilizar projetos de saneamento, recuperação ambiental, monitoramento hidrológico e fortalecimento institucional.

Nesse processo, a atuação da AGEVAP, entidade delegatária das funções de Agência de Água, foi essencial para garantir suporte técnico, administrativo e financeiro às decisões colegiadas. A parceria

entre Comitê e Agência consolidou um modelo de gestão baseado em planejamento, transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

Acompanhar essa trajetória de perto é, para mim, motivo de honra. Minha caminhada profissional se confunde com a própria evolução do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos na bacia. Vi o amadurecimento institucional do CEIVAP, a qualificação dos debates, o fortalecimento do pacto federativo entre os estados e a consolidação de uma cultura de diálogo permanente entre poder público, usuários e sociedade civil.

O CEIVAP não é apenas um espaço deliberativo. É um fórum de construção coletiva. É onde interesses diversos encontram convergência em torno de um bem comum: a água como elemento estruturante da vida, do desenvolvimento regional e da segurança hídrica. Ao longo dos anos, enfrentamos períodos de escassez, eventos hidrológicos críticos e desafios decorrentes das mudanças climáticas. Cada crise reforçou a importância do planejamento, da informação técnica qualificada e da cooperação institucional.

Os Planos de Recursos Hídricos, os programas de investimento e as ações integradas de revitalização da bacia são resultados concretos de um trabalho contínuo, técnico e comprometido. Mais do que números e relatórios, esses 30 anos representam decisões responsáveis que impactam diretamente a qualidade de vida da população.

Celebrar essa história é também reafirmar compromissos. Compromisso com a inovação, com a sustentabilidade e com a construção de soluções cada vez mais integradas. O futuro impõe desafios complexos (segurança hídrica, eventos extremos, equilíbrio entre uso e preservação) que exigirão ainda mais articulação e visão estratégica.

O CEIVAP chega aos seus 30 anos com maturidade institucional e consciência do papel que desempenha. E nós seguimos movidos pela convicção de que a gestão participativa é o caminho para garantir água em quantidade e qualidade para as atuais e futuras gerações.

Honrar essa trajetória é reconhecer o trabalho de todos que contribuíram para construí-la — e renovar a disposição de seguir avançando. Porque cuidar da água é, antes de tudo, cuidar da vida.

CELEBRAR ESSA
HISTÓRIA É TAMBÉM
REAFIRMAR
COMPROMISSOS.
COMPROMISSO COM
A INOVAÇÃO, COM A
SUSTENTABILIDADE E
COM A CONSTRUÇÃO
DE SOLUÇÕES
CADA VEZ MAIS
INTEGRADAS.

Saneamento básico no Brasil: avanços, desafios e impactos sobre os recursos hídricos



POR
MARILENE RAMOS, engenheira civil e diretora
de Relações Institucionais e Sustentabilidade do
Grupo Águas do Brasil

O saneamento básico no Brasil vive um momento de transformação estrutural, com efeitos diretos sobre a saúde pública, o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos hídricos. Novas concessões, ampliação de obras e um volume expressivo de investimentos vêm enfrentando um passivo histórico que ainda compromete a qualidade de rios e mananciais em diversas regiões do país.

Durante décadas, os serviços de água e esgoto foram prestados majoritariamente por companhias estaduais ou pelos próprios municípios. Até a aprovação do Marco Legal do Saneamento Básico, em 2020, cerca de 95% da população era atendida por operadores públicos, enquanto apenas 5% estavam sob responsabilidade da iniciativa privada. Esse modelo, estruturado a partir da década de 1970 com o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), permitiu avanços

importantes no abastecimento de água, mas deixou o esgotamento sanitário em segundo plano, reflexo ainda visível na poluição de corpos hídricos.

O cenário começou a mudar a partir de 2016, com a atuação do BNDES na estruturação de concessões, e ganhou força com o novo marco regulatório. Desde então, foram realizados cerca de 60 leilões, abrangendo 1.986 municípios, com mais de R\$ 200 bilhões contratados em investimentos e outorgas. Aproximadamente 82 milhões de brasileiros passaram a ser atendidos por contratos privados que estabelecem metas de universalização até 2033. Como resultado, os investimentos anuais do setor cresceram de menos de R\$ 20 bilhões para cerca de R\$ 30 bilhões em 2025.

Esses avanços têm impacto direto sobre a recuperação ambiental, tema central para o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. A experiência do Grupo Águas do Brasil, que atua no setor desde 1998, demonstra como a ampliação da coleta e do tratamento de esgoto contribui para a melhoria da qualidade da água e o desenvolvimento regional. Exemplos como Niterói, com universalização do abastecimento e mais de 95% de cobertura de esgoto, e a Região dos Lagos, com a recuperação da Lagoa de Araruama, evidenciam esse processo.

Nesse contexto, destaca-se a atuação do Grupo Águas do Brasil na Bacia do Rio Paraíba do Sul, onde a companhia é responsável pelo abastecimento de água em 17 municípios da bacia, atendendo aproximadamente 1,55 milhão de habitantes, além do tratamento de quase 40 milhões de metros cúbicos de esgoto por ano, evitando que esse volume seja lançado sem tratamento nos rios da bacia. Essas operações do Grupo têm papel fundamental na redução da carga poluidora, na conservação dos recursos hídricos e no fortalecimento da gestão integrada da bacia.

Apesar dos progressos, os desafios permanecem, como o impacto da Reforma Tributária, a necessidade de fortalecer a regulação e os efeitos das mudanças climáticas sobre os mananciais. Ainda assim, a combinação entre capital privado, inovação e participação institucional cria condições para acelerar a universalização do saneamento, promovendo ganhos sociais, ambientais e econômicos essenciais para o futuro das bacias hidrográficas brasileiras.

APESAR DOS
PROGRESSOS,
OS DESAFIOS
PERMANECEM,
COMO O IMPACTO
DA REFORMA
TRIBUTÁRIA, A
NECESSIDADE
DE FORTALECER
A REGULAÇÃO
E OS EFEITOS
DAS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS SOBRE
OS MANANCIAIS.

Resiliência Hídrica e Mudança Climática



POR
MARÍLIA CARVALHO DE MELO





As mudanças climáticas deixaram de ser uma projeção estatística para se tornarem um desafio operacional e ético imediato. Em Minas Gerais, o cenário de 2024 e o início de 2025 foram emblemáticos: vivemos uma estiagem severa de seis meses, seguida por volumes de chuva concentrados que romperam médias históricas. Essa alternância drástica entre estresse hídrico e excesso pluvial exige das companhias de saneamento uma nova postura, pautada na resiliência e na adaptação estratégica.

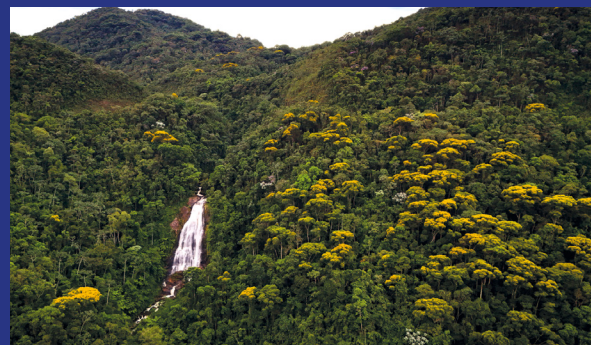
Ao assumir a presidência da Copasa, trago a convicção, moldada por décadas no Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), de que a gestão do saneamento no século XXI é a gestão da variabilidade climática.

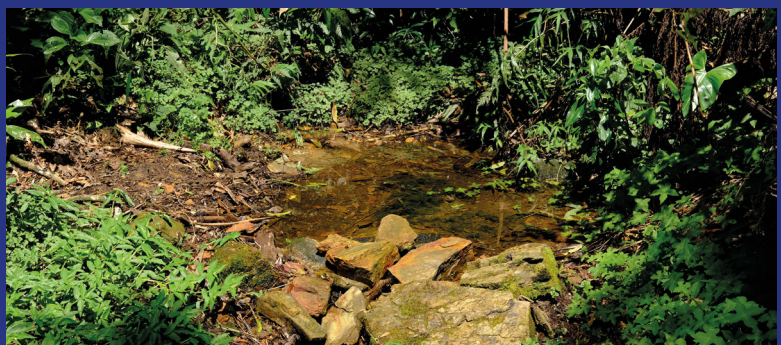
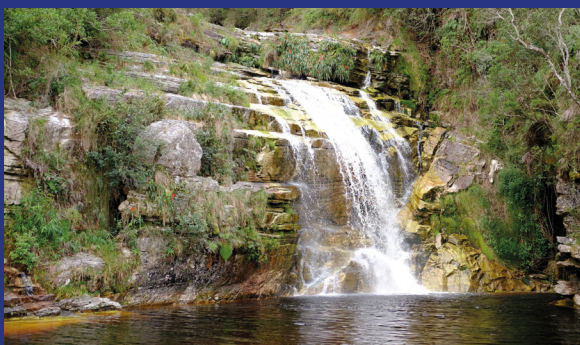
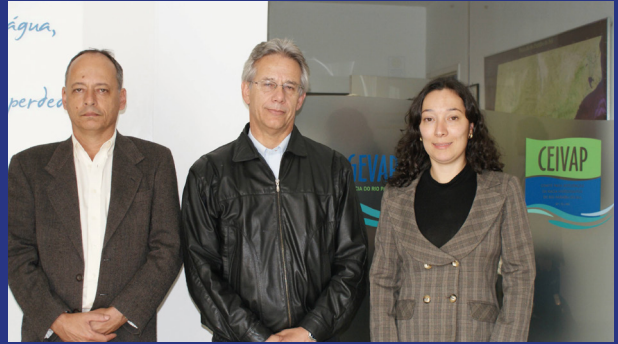
O Novo Marco Legal nos impõe a meta da universalização até 2033, mas universalizar sob a ótica da segurança hídrica exige garantia de oferta constante e sistemas resilientes. Minha trajetória na gestão de bacias, especialmente na presidência do Comitê de bacias hidrográficas do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, consolidou a percepção de que a água não conhece fronteiras e o saneamento deve respeitar a lógica ecossistêmica para ser perene. Essa estratégia materializa-se em mediar conflitos pelo uso da água e coordenar ações integradas entre diferentes estados e setores é um ativo que agora aplico à Copasa.

Entendo que o saneamento deve ser planejado dentro da lógica da bacia, respeitando a capacidade de suporte dos mananciais e promovendo a recuperação ambiental como estratégia de infraestrutura natural. A resiliência que buscamos para os sistemas de abastecimento de Minas depende diretamente dessa integração entre a operação da companhia e a preservação do ecossistema que nos provê o recurso.

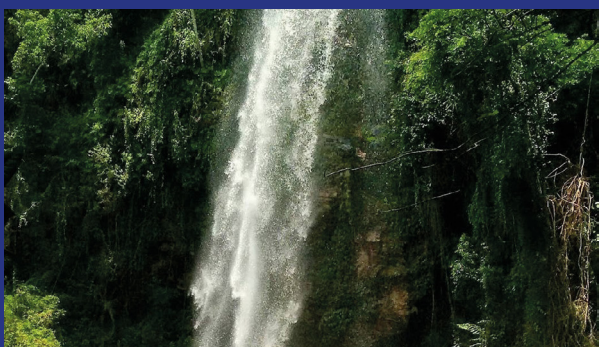
Antecipar impactos é o que separa a continuidade do serviço do colapso sistêmico. Em um cenário de escassez, cada gota recuperada é resiliência adicional. A sustentabilidade não é um acessório, mas a base da viabilidade econômica no setor de saneamento. Ao protegermos nossos recursos hoje, garantimos que a universalização em Minas seja resiliente e sustentável para as futuras gerações.

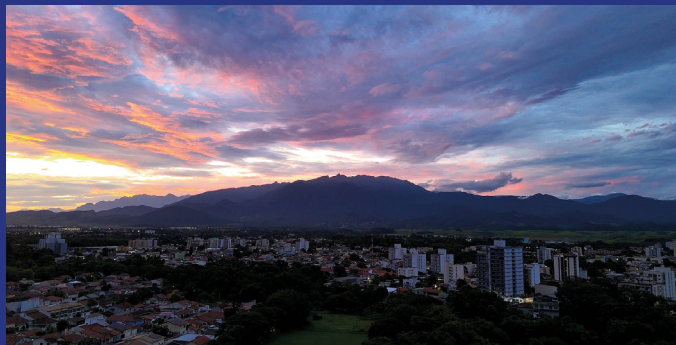
30 anos em imagens











Galeria dos presidentes do CEIVAP (1999 A 2026)



1999/2001

ANDRÉ CORRÊA

2001

ANDRÉ CORRÊA



2005/2007

MARCO AURÉLIO DE SOUZA



2009/2011

MARILENE DE OLIVEIRA RAMOS



1997/1999

DÉLIO CESAR LEAL



2002/2003

EDUARDO MEOHAS

2003/2005

EDUARDO MEOHAS



2007/2009

PAULO TEODORO DE CARVALHO



2011/2013

EDSON GIRIBONI



2013/2015

DANILO VIEIRA JUNIOR



2015/2017

ANDRÉ CORRÊA



2017/2019

MONICA PORTO



2019/2021

RENATA BLEY OLIVEIRA



2021/2023

MARÍLIA CARVALHO DE MELO



2023/2025

MARCELO PEREIRA MANARA



2025/2027

ANA LARRONDA ASTI



HÁ 30 ANOS, O CEIVAP TRANSFORMA...

Transforma encontros em decisões; desafios em projetos; cuidado em compromisso permanente com as águas.

Já são anos unindo vozes diferentes por um propósito comum: proteger, recuperar e garantir que cada gota cumpra seu papel de sustentar vidas, territórios e futuros. Porque a água não espera. Ela corre, conecta, atravessa. E nos ensina que planejamento é movimento, que gestão é responsabilidade compartilhada, que futuro se constrói em rede.

Seguimos fluindo, evoluindo e fazendo acontecer.

CEIVAP 30 anos: O futuro começa a fluir agora.





Siga o CEIVAP
nas redes!

